



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo		
Reunião: 20ª Ordinária	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Data: 3/7/24		
Horário de início: 9h46min		Horário de encerramento: 12h46min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência da vereadora Professora Marli, que registrou a presença das vereadoras Cida Falabella e Marcela Trópia, a última em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação das atas da 17ª e da 18ª reuniões ordinárias, realizadas em 12 e 19/6/24, respectivamente.

A presidenta comunicou a inversão da pauta, passando-se ao seguinte item:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A presidenta convidou para compor a mesa Diana de Cássia e Carol Pasqualini, ambas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede/BH.

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.506/24 - realização da Audiência Pública para “debater o Projeto de Lei cuja emenda proporciona a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Bolsa Atleta à comunidade surda. Há solicitação de elaboração de Nota Técnica”, no dia 31/7/24, às 9h30min, no Plenário Camil Caram. Autoria: Professora Marli.

A presidenta comunicou a alteração da data da Audiência Pública para o dia 7/8/24.

Aprovado, por unanimidade, com a alteração de data.

2) Requerimento de Comissão nº 1.507/24 - realização da Visita Técnica para “verificar a possibilidade de revitalizar os dois campos de terra, localizados no Parque Jornalista Eduardo Curi (Barragem Santa Lúcia), e com o objetivo de propiciar a prática segura de esportes para os frequentadores”, no dia 23/7/24, às 11 horas, na Avenida Arthur Bernardes, nº 85, Bairro Vila Paris, com ponto de encontro no Quiosque do Robertão. Autoria: Cleiton Xavier.

Aprovado por unanimidade.

A presidenta registrou a presença do vereador Pedro Patrus, que não integra esta comissão.

3) Requerimento de Comissão nº 1.515/24 - realização da Visita Técnica para “verificar a adaptação da E. M. Monteiro Lobato para receber alunos(as) com deficiência”, no dia 30/7/24, às 10 horas, na Rua Santa Apolonia, nº 120, Bairro São Marcos. Autoria: Professora Marli.

Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 1.516/24 - pedido de informação ao “secretário de Governo, Anselmo Domingos,” para “obter informação sobre a praça da Saudade (praça Louis Braille), bairro Saudade e o programa Caminhar, realizado na praça”. Autoria: Pedro Patrus.

Aprovado por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5) Requerimento de Comissão nº 1.526/24 - alteração de lista de convidados da Audiência Pública para “debater o Programa Escola Livre de Artes Arena da Cultura (ELA - ARENA), como política permanente, no município de Belo Horizonte”, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 1.368/24. Autoria: Cida Falabella.

A vereadora Cida Falabella discutiu o requerimento de comissão.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 1.527/24 - realização da Visita Técnica para “averiguar as condições de iluminação, capina, limpeza e manutenção em geral na Rua Coronel José Benjamim, Bairro Padre Eustáquio”, no dia 11/7/24, às 9h30min, no local mencionado, nº 777. Autoria: Iza Lourença.

Aprovado por unanimidade.

EM PRIMEIRO TURNO: 7) Projeto de Lei nº 591/23 - “Estabelece a garantia às entidades desportivas, organizadoras de competições e afins em estabelecer o sexo biológico como critério definidor para participação em seus eventos”. Autoria: Flávia Borja.

A vereadora Cida Falabella discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pela relatora, vereadora Marcela Trópia.

EM SEGUNDO TURNO: 8) Projeto de Lei nº 780/23 - “Institui o Programa Capoeira nas Escolas no Município de Belo Horizonte”. Autoria: Cida Falabella e Iza Lourença.

A vereadora Cida Falabella discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Professora Marli, pela aprovação da Emenda nº 1 com apresentação de subemenda.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9) Projeto de Lei nº 855/24 - “Institui o ‘Programa Leandro Lo - Jiu Jitsu na Escola’ no Município de Belo Horizonte”. Autoria: César Gordin.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Álvaro Damião, pela aprovação da Emenda nº 1.

EM TURNO ÚNICO: 10) Sugestão de Proposição nº 22/24 - “Cria o Programa de atendimento especializado dos alunos com deficiência da rede pública municipal”. Autoria: Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede/BH.

Diana de Cássia discutiu a sugestão de proposição.

Registre-se que a vereadora Marcela Trópia encerrou sua participação na reunião.

Às 10h10min, a presidenta suspendeu a reunião por cinco minutos.

Às 10h14min, a presidenta retomou os trabalhos.

A presidenta registrou a presença remota da vereadora Professora Nara, suplente do vereador Álvaro Damião.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Cida Falabella, pelo acolhimento, com apresentação de projeto de lei.

11) Sugestão de Proposição nº 23/24 - “Dispõe sobre a política municipal de melhoria da qualidade da educação nas escolas da rede pública municipal de Belo Horizonte”. Autoria: Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede/BH.

Carol Pasqualini e as vereadoras Cida Falabella e Professora Marli discutiram a sugestão de proposição.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Cida Falabella, pelo acolhimento, com apresentação de projeto de lei.

O vereador Pedro Patrus assumiu a presidência.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Iza Lourença, que não integra esta comissão.

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Finalidade: “tratar de assuntos sobre cidadania e políticas de cultura LGBTQIA+”
Requerimento de Comissão nº: 1.209/24
Autoria: Pedro Patrus

Compuseram a mesa: a) representando o Conselho Municipal de Cultura de Belo Horizonte e o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais - Cellos/MG, Lucas Sidrach; b) representando a rede de agentes culturais, Jhulia Santos; c) representando a sociedade civil dentro da comissão LGBTQIA+ pelo Movimento Autônomo Trans de Belo Horizonte - MovAT-BH, Ibi Monte Figueiredo Azevedo; d) representando a rede de agentes culturais, Fran Glam Glam; e) representando a rede de agentes culturais, Simone Santos; f) o mobilizador do Cellos/MG, Gustavo Martins; g) representando a rede de agentes culturais, Igui; h) representando o Ministério da Cultura - MinC, Ana Tereza Melo Brandão.

A vereadora Professora Marli agradeceu a presença de todos e parabenizou o vereador Pedro Patrus pela iniciativa da audiência pública. Informou que, devido a um acidente ocorrido no dia anterior, precisaria se retirar para atendimento médico.

O presidente informou o motivo da audiência pública, destacando a importância de união, diálogo e proposição de políticas. Mencionou a expectativa de sair da reunião com propostas concretas e encaminhamentos.

A vereadora Cida Falabella mencionou os ataques sofridos pelo Festival



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Internacional de Quadrinhos - FIQ - como parte de uma guerra cultural que a extrema direita tem travado no País. Apontou que os corpos LGBTQIAPN+ são os mais perseguidos. Disse que, com o governo atual, é possível respirar um pouco mais aliviado, mas destacou que essa sensação demanda vigilância constante. Afirmou que não existe cultura contemporânea sem a cultura LGBTQIAPN+. Observou esforços do governo central para ampliar a participação de artistas LGBTQIAPN+ em editais, porém destacou a importância de um compromisso mais efetivo com a pauta. Reforçou o papel da arte e da cultura como espaços de pertencimento, diálogo e criação de mundos inclusivos. Citou o filme "Tudo o que você podia ser" como um exemplo de cultura LGBTQIAPN+ que celebra a diversidade e a liberdade de escolha. Colocou-se à disposição para fortalecer o debate em todos os espaços.

O presidente mencionou que Belo Horizonte sediou este ano a Conferência Temática Nacional de Cultura LGBTQIAPN+.

A vereadora Iza Lourença falou sobre a importância de debater a cultura LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte, destacando o impacto econômico e social do movimento. Mencionou a dificuldade em aprovar na Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - projetos de lei que tragam a temática de gênero e disse que o seu trabalho parlamentar tem se dado por meio de audiências públicas, visitas técnicas e emendas parlamentares. Afirmou que Belo Horizonte é a capital do Vogue. Acrescentou que destinou emenda parlamentar para a cultura ballroom. Destacou a necessidade de fortalecer casas de acolhimento para a população LGBTQIAPN+, como a Akasulo na Região Barreiro. Mencionou a recente aprovação de um projeto de lei que proíbe a destinação de recursos públicos para eventos que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

discutam a sexualização de crianças e expressou a expectativa de que o prefeito vete o projeto. Disse que, como parlamentar bissexual, compreende a luta da comunidade LGBTQIAPN+.

Lucas Sidrach iniciou sua fala contextualizando a audiência pública sobre cidadania e cultura LGBTQIAPN+ como parte de um movimento nacional iniciado em 2021, com foco na questão judicial da presença LGBTQIAPN+ em espaços culturais. Mencionou a Conferência Temática de Cultura LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte, que resultou na criação de uma rede virtual de agentes culturais em todo o País para fomentar o conceito de cultura LGBTQIAPN+. Disse que agentes culturais de Belo Horizonte iniciaram então um processo de organização para elaborar uma carta com demandas a serem apresentadas ao poder executivo municipal. Apresentou sua trajetória profissional. Destacou que a discussão sobre políticas públicas de cultura é recente, com a lei mais antiga datando de 1991, e que o campo cultural tradicionalmente carece de incentivo. Falou sobre a importância da participação de pessoas LGBTQIAPN+ nos conselhos municipais e estaduais de cultura. Enfatizou a presença da comunidade LGBTQIAPN+ em diversas áreas, como música, dança, literatura e outras linguagens artísticas, refutando a ideia de confinamento em guetos e espaços marginalizados. Apresentou recortes de manchetes que ilustram diferentes ataques à comunidade LGBTQIAPN+, como a proibição do uso de banheiros por pessoas trans. Destacou que, apesar da existência dessas notícias, não há um mapeamento oficial sobre a população LGBTQIAPN+, o que demonstra a falta de reconhecimento e valorização da comunidade por parte do Estado. Mencionou que havia uma proposta de apresentação cultural na audiência pública, mas a estrutura institucional não permitiu



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sua realização. Questionou em que medida a institucionalidade permite que a CMBH, que deveria ser uma casa do povo, seja verdadeiramente acessível e acolhedora para toda a população. Apresentou exemplos de iniciativas em outros Municípios, como a realização de festivais com palcos dedicados à população LGBTQIAPN+ e a criação de um edital específico para a comunidade, implementado no Ceará. Reforçou a presença da cultura LGBTQIAPN+ em eventos como Carnaval e Virada Cultural. Destacou a Parada LGBTQIAPN+ como o maior palco de Belo Horizonte e Minas Gerais, proporcionando espaço para artistas e agentes culturais que não encontram oportunidades em outras estruturas. Propôs: 1) criar um espaço de diálogo permanente entre a sociedade civil e o legislativo de Belo Horizonte para formular propostas de lei voltadas à cultura LGBTQIAPN+, incluindo a idealização de um programa municipal de financiamento destinando recursos contínuos e incluindo cotas específicas para artistas LGBTQIAPN+; 2) criar espaços e fomento para ações de salvaguarda da memória e museologia social LGBTQIAPN+ para preservar e celebrar as histórias e contribuições da população LGBTQIAPN+; 3) mobilizar recursos para a execução do festival de cultura LGBT, previsto no Plano de Cultura Municipal com vencimento em 2025. Citou a reflexão da deputada federal Erika Hilton sobre a necessidade de buscar brechas para minimizar os danos da política vigente, destacando que uma política totalmente inclusiva ainda está distante.

Jhulia Santos se identificou como produtora cultural e destacou a importância de se reconhecer como tal. Falou sobre a ausência e o apagamento sistemático da produção cultural de pessoas LGBTQIAPN+. Enfatizou que a comunidade LGBTQIAPN+ produz cultura há muito tempo, mas sofre com a negação do acesso à educação formal e aos espaços de conhecimento. Mencionou a tentativa de impor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

uma imagem conservadora a Belo Horizonte, destacando que a cidade é, na verdade, combativa. Citou como exemplos a ocupação da Fundação Nacional de Artes - Funarte - e do Centro de Referência das Juventudes - CRJ, além da retomada do Carnaval no Município. Falou sobre o Festival TransViva, que contou com uma cota cisgênero inédita, e a importância do BH Vogue Fever. Falou sobre a existência de um movimento sistemático dentro da CMBH, por parte de uma bancada, que visa marginalizar a comunidade LGBTQIAPN+. Afirmou que a comunidade não deixará de produzir cultura, mesmo que não ocupe os espaços que lhes são de direito. Apontou que a exclusão das produções culturais LGBTQIAPN+ é um problema com raça e classe definidas. Acrescentou que a cultura é majoritariamente acessada por pessoas brancas e de classe mais alta. Destacou a importância de audiências públicas sobre o tema, mas cobrou propostas e encaminhamentos concretos. Propôs a ampliação do Centro de Referência LGBT, para que ele possa abarcar a produção cultural da comunidade. Afirmou que falta a inclusão das questões raciais e LGBTQIAPN+ como temas centrais nos mandatos legislativos.

Ibi Monte Figueiredo Azevedo falou sobre as dificuldades de acesso e sobrevivência enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ na área da cultura. Destacou que a cultura LGBTQIAPN+ vai além de vogue, ballroom ou drag, abrangendo uma diversidade de expressões e manifestações. Apontou que a maioria das pessoas LGBTQIAPN+ que atuam na cultura precisam ter outros trabalhos para sobreviver. Citou exemplos de eventos organizados pela comunidade, como a Semana de Direitos Não Binários e a Semana da Visibilidade Trans e Travesti, que foram realizados com poucos recursos e muito esforço.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Destacou a importância de um edital LGBTQIAPN+ para garantir o acesso a recursos e a valorização da produção cultural da comunidade. Mencionou o exemplo de uma pessoa próxima, que não consegue participar de editais por causa das burocracias. Falou sobre a existência de editais específicos para mulheres e destacou a importância de incluir outras identidades de gênero que também precisam de apoio e reconhecimento. Afirmou que a cultura LGBTQIAPN+ existe e está presente na cidade, muitas vezes atuando de forma gratuita, e que é fundamental garantir seu espaço e valorização.

Fran Glam Glam destacou a presença da comunidade LGBTQIAPN+ em todos os setores da produção cultural, desde a criação até a apresentação. Acrescentou que a cultura LGBTQIAPN+ não se restringe à arte drag, mas abrange cinema, teatro, beleza, música e outras áreas, estando inserida na cultura do País como um todo. Afirmou que interromper o trabalho da comunidade prejudicaria a formação cultural do País. Mencionou a participação da comunidade em eventos culturais, mesmo quando não explicitamente LGBTQIAPN+, como o Arraiá de Belô. Destacou a necessidade de valorização e oportunidades para a comunidade acessar recursos e espaços públicos. Expressou o desejo de mostrar a cultura LGBTQIAPN+ de forma efetiva durante a audiência pública, mas disse lamentar que a oportunidade tenha sido negada. Falou sobre a importância da cultura na construção da identidade de um povo.

Simone Santos reforçou que a cultura LGBTQIAPN+ está inserida em todos os setores. Relatou as dificuldades enfrentadas pela comunidade, como a cassação do alvará de um bar por ser um espaço LGBTQIAPN+. Mencionou ter criado a primeira revista LGBTQIAPN+ do Estado, que não teve continuidade devido à falta



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de apoio financeiro. Enfatizou a importância de reconhecer a contribuição da comunidade para a cultura e de dar visibilidade às suas expressões culturais, muitas vezes desconhecidas pelo público. Falou sobre a necessidade de um espaço dedicado à cultura e história LGBTQIAPN+, dirigido pela própria comunidade, e não pelo poder público, que muitas vezes age de forma arbitrária. Disse que a cultura LGBTQIAPN+ enriquece a sociedade e promove turismo e desenvolvimento econômico. Mencionou as dificuldades enfrentadas para criar a primeira feira LGBTQIAPN+ de Minas Gerais, devido à burocracia e à imposição de espaços com pouca visibilidade pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Destacou a importância de a comunidade LGBTQIAPN+ reconhecer seu valor e poder, lembrando que são mais de 20% da população e têm capacidade de influenciar eleições.

Gustavo Martins disse que, aos 11 anos, após passar por uma cirurgia e enfrentar perseguição na escola, uma professora de português o incentivou a escrever seu primeiro conto sobre sua vivência. Acrescentou que esse conto foi uma forma de lidar com suas dores e marcou seu primeiro contato direto com a arte, sendo publicado inclusive em uma coletânea na América Latina. Afirmou que, ao longo de sua trajetória, teve contato com outras formas de arte, como o grafite e o desenho. Disse que, apesar das dificuldades impostas pela sociedade, conseguiu concluir duas graduações e se tornou arte-educador. Falou sobre o apagamento sistemático que as pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam e como a arte e a cultura são vitais para sua sobrevivência e expressão. Destacou a necessidade de editais que sejam mais acessíveis e inclusivos, com linguagem simples e objetiva, e que valorizem a diversidade da produção cultural. Enfatizou a importância da segurança e da dignidade para as pessoas LGBTQIAPN+ para que elas possam se expressar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

livremente e sem medo de represálias.

Igui disse que já existe há algum tempo um movimento na cidade que busca aproximar a comunidade LGBTQIAPN+ da Secretaria Municipal de Cultura - SMC - e da Fundação Municipal de Cultura - FMC. Citou a luta pela inclusão do nome social e orientação sexual nos formulários da secretaria, que só foi efetivada em 2016 após anos de mobilização. Mencionou diversas ações culturais realizadas pela comunidade LGBTQIAPN+. Destacou a importância da cultura e dos artistas LGBTQIAPN+ como referências vitais, não somente para a comunidade LGBTQIAPN+, mas para a sociedade em geral, pois contribuem para uma maior compreensão das diversas sexualidades. Acrescentou que construir cidadania também é uma tarefa da cultura. Disse que a cultura brasileira é intrinsecamente ligada à comunidade LGBTQIAPN+, desafiando a nomear uma manifestação popular no País que não tenha a participação da comunidade. Falou sobre a visão limitada das paradas LGBTQIAPN+ como únicas manifestações culturais da comunidade. Apontou a necessidade de discutir os direitos trabalhistas dos artistas LGBTQIAPN+. Observou o aumento da visibilidade das temáticas LGBTQIAPN+ nos últimos anos. Questionou a narrativa de decadência moral atribuída à comunidade LGBTQIAPN+. Disse que a sociedade deveria refletir sobre suas próprias falhas morais em vez de atacar a comunidade LGBTQIAPN+.

Às 11h39min, o presidente prorrogou a reunião por uma hora.

A vereadora Cida Falabella agradeceu o aprendizado proporcionado pela audiência, reafirmando o compromisso de seu gabinete com a pauta da cultura LGBTQIAPN+. Destacou a importância da participação da comunidade em toda a cadeia produtiva da cultura. Expressou o desejo de que a sociedade evolua a ponto



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de políticas e editais específicos para a comunidade LGBTQIAPN+ não serem mais necessários. Informou que precisaria se ausentar da reunião para participar de outra, que discutirá a audiência da semana seguinte sobre a Arena da Cultura, um programa importante que ainda carece de uma lei que o ampare.

O presidente informou que foi feito um convite ao Poder Executivo Municipal para participar da audiência e disse lamentar a ausência do mesmo.

Ana Tereza Melo Brandão destacou a importância dos espaços de educação artística públicos e gratuitos, como a Arena da Cultura, para o fortalecimento da comunidade LGBTQIAPN+ e de outras comunidades historicamente excluídas. Relatou sua experiência no projeto “Rede Jovem de Cidadania”, uma rede de comunicação e cultura que mobilizou as juventudes de todas as regiões de Belo Horizonte e Municípios da Região Metropolitana, de 2003 a 2015, e proporcionou a grupos sociais a oportunidade de aprender a produzir conteúdo audiovisual e exibi-lo na TV aberta. Enfatizou a importância de reconhecer as diferenças culturais e as pessoas como sujeitos de direito para o avanço da humanidade. Disse que a arte é essencialmente política tanto quanto a expressão da subjetividade. Falou sobre a importância do momento atual, em que as políticas culturais estão obrigando os gestores a dialogar com a sociedade civil. Expressou otimismo em relação à possibilidade de superar os desafios e avançar nas lutas da comunidade LGBTQIAPN+. Mencionou o orgulho de coordenar o trabalho do MinC em Minas Gerais e colocou-se à disposição.

Igui sugeriu a criação de um festival de cultura LGBTQIAPN+ na cidade. Em relação aos editais, destacou que a política cultural não se limita a eles, apesar de reconhecer a importância dos editais para a democratização do dinheiro público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Apontou que a alta competitividade nos editais exige um grande investimento de tempo dos proponentes, o que pode ser inviável para muitos. Propôs a criação de canais de formação em cultura LGBTQIAPN+, tanto para pessoas LGBTQIAPN+ quanto para sensibilizar e capacitar a comunidade em geral sobre o tema. Sugeriu a criação de um espaço físico de cultura LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte, semelhante ao que existe em grandes capitais mundiais, para atender às demandas de ensaio, exposições e preservação da memória da comunidade.

Jhulia Santos reforçou a necessidade de repensar os editais para garantir equidade, criticando o formato hegemônico atual. Enfatizou que, apesar da existência de leis que garantem cotas, é preciso considerar como as pessoas podem acessar os editais. Questionou a necessidade de programas e cursos de qualificação específicos para a população LGBTQIAPN+, destacando que os programas existentes precisam ser pensados para contemplar as existências LGBTQIAPN+. Falou sobre a questão das emendas parlamentares destinadas à comunidade LGBTQIAPN+, explicando que existem obstáculos dentro da PBH que dificultam o acesso da comunidade a esses recursos.

O presidente convidou o público a fazer o uso da palavra.

Lazara dos Anjos questionou a decisão de não permitir a demonstração da cultura LGBTQIAPN+ na audiência, destacando que as pessoas que votaram contra não estavam presentes. Afirmou que a cultura ballroom, que surgiu da necessidade de sobrevivência de pessoas travestis, negras e latinas, não se encaixa no formato tradicional dos editais. Mencionou a falta de transparência e divulgação dos editais, que acabam beneficiando um grupo restrito de pessoas. Propôs a divulgação dos editais em canais de maior alcance, como programas de TV locais, e a criação de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

serviços de apoio para facilitar o acesso e a participação da comunidade LGBTQIAPN+ nos editais.

Maria do Carmo Ferreira, natural de Braúnas-MG, relatou sua experiência de migração para Belo Horizonte em busca de estudo e oportunidades. Destacou o acolhimento que recebeu da comunidade LGBTQIAPN+ em sua chegada à cidade. Mencionou que, apesar de não se identificar como LGBTQIAPN+, possui uma pessoa lésbica em sua família, por quem tem amor e aceitação. Falou sobre a presença marcante da comunidade LGBTQIAPN+ em diversos espaços culturais. Expressou indignação com a exclusão de pessoas LGBTQIAPN+, inclusive na igreja evangélica. Disse para a comunidade não desistir e acreditar que um dia alcançarão seus objetivos.

Malu Almeida, presidenta do PDT Diversidade em Belo Horizonte, destacou a presença da comunidade LGBTQIAPN+ em todas as manifestações culturais. Disse concordar com Jhulia Santos sobre a necessidade de equidade nos editais para que a comunidade LGBTQIAPN+ possa competir em igualdade com pessoas cisgênero. Enfatizou a importância de que os recursos cheguem aos locais onde a cultura é produzida com mais sacrifício, como guetos, favelas e boates invisibilizadas.

Thais Oliveira, representando o Coletivo Circo Mineiro, enfatizou a importância de se pensar a cultura além dos eventos, buscando fortalecer a base e alcançar a periferia, onde residem artistas LGBTQIAPN+ que enfrentam precariedade e dificuldades de acesso a editais e políticas públicas. Mencionou que a autoestima é fundamental para qualquer artista, mas que essa autoestima foi negada à população LGBTQIAPN+ ao longo da história, fazendo com que muitas pessoas se sintam incapazes de se inscrever em projetos e editais. Falou sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

importância do fortalecimento da comunidade, do desenvolvimento de habilidades e do uso de ferramentas, como a inteligência artificial, para que os artistas LGBTQIAPN+ possam sobreviver e prosperar no mercado cultural.

Elizabete Cristina informou ser moradora de Ubá-MG e pré-candidata a vereadora de sua cidade pelo PDT. Expressou orgulho por pertencer a um partido que abraça a diversidade e acolhe todas as raças e gêneros. Mencionou que seu objetivo é compreender as principais dificuldades e necessidades levantadas pelos participantes da audiência para aplicar propostas em sua cidade. Disse que planeja construir uma casa de apoio para a comunidade LGBTQIAPN+ em Ubá-MG.

Ibi Monte Figueiredo Azevedo destacou a existência de modelos de lutas em Belo Horizonte, como o FAN - Festival de Arte Negra, resultado da militância do movimento negro. Falou sobre a necessidade de a cidade também ter um festival de arte LGBTQIAPN+, enfatizando que a cultura se fortalece a partir da recorrência de um festival, como ocorreu com as artes negras em Belo Horizonte. Mencionou que os editais precisam ser mais acessíveis para as pessoas LGBTQIAPN+, citando como exemplo editais para cineastas indígenas, que possuem modelos de inscrição, acesso e circulação diferenciados.

Igui propôs a revisão dos formulários dos editais existentes, mencionando que, embora tenha havido avanços na inclusão de nome social e outras categorias, ainda existe confusão entre orientação sexual e identidade de gênero. Solicitou que os dados produzidos pelo Mapa Cultural de Belo Horizonte sejam disponibilizados para que se possa conhecer a porcentagem de artistas LGBTQIAPN+ na cidade, afirmando que muitos ficariam surpresos com os resultados.

Jhulia Santos expressou o desejo de ter um festival LGBTQIAPN+, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

destacou a importância de também discutir estratégias de fiscalização e efetivação das políticas públicas já existentes para a comunidade.

O presidente informou que os seguintes encaminhamentos foram definidos: a criação de um festival de arte LGBTQIAPN+; a revisão do formato dos editais; a necessidade de um espaço de capacitação para a comunidade; a criação de estratégias para fiscalizar e garantir o cumprimento da legislação atual; e a solicitação de informações sobre o andamento dos processos de emendas parlamentares destinadas à comunidade LGBTQIAPN+.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA

Distribuição para impugnação: 16/7/24

Comunicação de aprovação:

Presidenta/Presidente